

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0010778-58.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**
 Autor: **Justiça Publica**
 Réu: **RICHARD NIXON DE OLIVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Richard Nixon de Oliveira foi denunciado como incurso no art. 157, § 2º, inciso I c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque, segundo a denúncia, no dia 13 de Outubro de 2015, por volta de 13h50min, na rua Santa Clotilde, nº 546, Padaria Pão Delícia, Vila Santa Isabel, São Carlos, teria tentado subtrair bens para si, mediante grave ameaça exercida com o emprego de dois estiletes, contra Eurico Otolora Gregio, somente não se consumando o delito por circunstâncias alheias à sua vontade.

A denúncia foi recebida em 17.11.2015 (fls. 109/110), o acusado foi citado (fls. 177) e apresentou resposta (fls. 140/153), não sendo absolvido sumariamente e inaugurando-se a instrução criminal, ao longo da qual ouviram-se vítima (fls. 202/203) e testemunhas (fls. 204, 205/206, 207, 208, 209), e foi interrogado o acusado (fls. 210/211).

Instaurado incidente de dependência químico-toxicológica, o laudo aportou aos autos (fls. 275/276). Certidões criminais foram juntadas (fls. 234/235, 236/237, 241/242, 245, 247, 248 249).

As partes manifestaram-se alegações finais, pugnando o Ministério Público (fls. 280/289) pela condenação, e a Defesa (fls. 298/307) pela absolvição em razão da desistência voluntária ou, subsidiariamente, a absolvição imprópria com a imposição de tratamento adequado,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de internação.

É o relatório. Decido.

A materialidade delitiva está comprovada pelo laudo de descrição das lâminas metálicas utilizadas pelo acusado para a prática do delito, fls. 292/294, e pela prova oral colhida, sendo certo que o delito de roubo tentado, descrito na inicial, efetivamente ocorreu.

A autoria é incontroversa. O próprio acusado reconhece que foi ele – não outrem – quem envolveu-se nos fatos. Tal confissão é corroborada pelos depoimentos da vítima, fls. 202/203, do filho da vítima, fls. 204, e do policial militar, fls. 205/206, dando conta de que o acusado, desde que saiu da padaria, foi perseguido - munido com as armas brancas - pelo filho da vítima, que acidentalmente o atropelou, vindo a ser detido por populares e posteriormente pela polícia militar. A sucessão dos fatos não deixa qualquer dúvida no tocante à autoria.

Quanto à tese de defesa, não se fala em desistência voluntária.

A narrativa apresentada pela vítima às fls. 202/203 mostra-nos que a consumação do crime não ocorreu por fatores alheios à vontade do agente, relacionados às dificuldades apresentadas pela vítima, que corria dentro do estabelecimento de modo a evitar que o acusado o alcançasse, e o alerta da vítima no sentido de que a polícia já havia chamada. Circunstâncias que não deixaram ao acusado outra alternativa se não a de ir-se embora, antes de consumado o delito. Não se tratou de interrupção livremente exercida pelo acusado em relação ao *iter criminis*, e sim de ato que foi compelido a praticar, no contexto que se lhe apresentava.

Cumprir frisar que a alegação do acusado, em interrogatório, fls. 210/211, no sentido de que apenas teria "mostrado" as lâminas ao fornecedor da vítima não se sustenta, porquanto derrubada pelo lúcido e preciso depoimento do próprio ofendido.

Anota-se a inexistência de qualquer elemento probatório indicando que a vítima estaria com a intenção de prejudicar o acusado, falseando a dinâmica dos fatos.

Trata-se, pois, de roubo praticado com o emprego de arma, na modalidade tentada,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

como capitulado na exordial.

Forçosa, porém, a absolvição imprópria, vez que comprovada a inimputabilidade do acusado, dependente químico que, em razão da dependência da droga, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Segundo o art. 45 da Lei nº 11.343/06, "é isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento."

O acusado é dependente químico por álcool e crack e já foi internado quatro vezes para tratamento, conforme depoimentos de sua tia, fls. 220, sua mãe, fls. 221, e seu pai, fls. 222.

O laudo pericial de fls. 275/276, nesse ponto, foi conclusivo no diagnóstico de "politoxicomania" em "alcoolismo" e "dependência de crack".

O modo pelo qual o perito apresentou suas conclusões propiciou a interpretação proposta pelo Ministério Público em alegações finais, de que não estaríamos diante de inimputabilidade.

Isto porque, embora o perito tenha afirmado a dependência química do acusado e a inteira falta de discernimento ou autodeterminação, quanto a esta última afirmou que ela ocorreu "não em razão da dependência", e sim em razão da "intoxicação".

Sem embargo do respeitável argumento da acusação, não deve essa resposta do *expert* ser lida, nesse ponto, em sua literalidade, porque contraria o que ele próprio, perito, afirmou em todo o seu trabalho pericial, no sentido de que o acusado é realmente dependente químico de álcool e crack.

A este juízo o que o perito pretendeu, embora mal escolhendo as palavras, foi acautelar-se contra a conclusão – que seria mesmo equivocada – de que o acusado, por ser



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dependente químico, seria inimputável permanentemente, por qualquer ação ou omissão que praticasse enquanto dependente.

Todavia, o profissional esqueceu-se que o Código Penal, no art. 26, e a Lei nº 11.43/06, adotaram o critério biopsicológico para a inimputabilidade e não apenas o biológico.

A adoção do critério biopsicológico implica a necessidade de dois requisitos para a inimputabilidade (a) biológico: a existência da dependência química (lei especial), doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (diploma penal) (b) psicológico: a absoluta incapacidade de, ao tempo da ação ou omissão, entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Quer dizer: não haveria motivos o perito preocupar-se com a conclusão de inimputabilidade permanente do acusado, porque embora dependente químico, é plenamente possível que, enquanto padecer dessa moléstia, venha a praticar ações e omissões delitivas que não serão isentas de pena se, no momento delas, o requisito psicológico estiver ausente.

No caso dos autos, porém, o laudo pericial mostra-nos de modo claro a presença dos dois requisitos legais, o biológico e o psicológico, sendo necessária a afirmação de inimputabilidade.

O acusado, nesse caso, é isento de pena, mas recebe medida de segurança, nos termos previstos no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 11.343/06: "Quando absolver o agente, reconhecendo, por força pericial, que este apresentava, à época do fato previsto neste artigo, as condições referidas no caput deste artigo, poderá determinar o juiz, na sentença, o seu encaminhamento para tratamento médico adequado."

Tal norma, que refere abertamente ao "tratamento médico adequado", por ser especial em relação aos dispositivos do Código Penal, prevalece sobre as regras deste que impõem prazo mínimo para a internação (art. 97, § 1º)

No caso em comento, será imposta a internação no início, até alta concedida pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

médico sob a supervisão da vara de execuções criminais, seguida de tratamento ambulatorial, como proposto pelo perito em seu laudo pericial.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **ABSOLVO** o acusado **RICHARD NIXON DE OLIVEIRA**, com fulcro no art. 386, VI do Código de Processo Penal, aplicando-lhe (a) a medida de segurança de internação, por tempo indeterminado, enquanto houver a necessidade (b) após a alta da internação, tratamento ambulatorial por prazo indeterminado, até que seja constatada a desnecessidade do tratamento.

O acusado respondeu preso ao processo, e a providência cautelar se mantém imprescindível pelos fundamentos apresentados nas decisões já proferidas neste processo. Todavia, cabe a sua substituição pela "internação provisória" prevista no art. 319, VII do Código de Processo Penal. Oficie-se, pois, à Secretaria de Administração Penitenciária solicitando-se vaga em estabelecimento adequado para o cumprimento dessa medida cautelar. Enquanto não obtida a vaga, mantém-se o acusado sob prisão provisória.

Transitada em julgado esta sentença, expeça-se guia de execução, nos termos da art. 171 da Lei de Execução Penal.

Sem condenação em custas, uma vez que faz jus à AJG.

P.R.I.

São Carlos, 20 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min